

## **5. TUB – EMPRESA TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA – E.M. – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2017:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do nº. 5, artº. 47º. da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, o **contrato-programa dos TUB - EMPRESA TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA – E.M.**, para o ano de **2017**, que tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as partes se obrigam com o propósito de assegurar o pagamento pelo Município de compensações justificadas pela disponibilização de transporte que esta assegura, em condições de preço equiparáveis às praticadas nas demais situações, em zonas de baixa densidade populacional e/ou horários de fraca afluência de utentes, bem como a prática de preços reduzidos por razões sociais, consubstanciada no estabelecimento dos preços dos títulos de assinatura de transporte (passes) com vários níveis de descontos, moldados segundo as diversas categorias de utentes, documento esse que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.



Gasper Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.L., Lda.  
Praça Camilo Castelo Branco,  
31 - Sala 43 - 4700-209 Braga

Artur dos Anjos

26.10.27

## Contrato Programa 2017

Outubro, 2016



Gaspar Castro, Roney Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.  
Praça Camilo Castelo Branco,  
31 - Sala 41 - 4700-209 Braga

## Índice

<b>CONTRATO-PROGRAMA – 2017 .....</b>	<b>1</b>
<b>CLÁUSULA 1ª – OBJETO.....</b>	<b>2</b>
<b>CLÁUSULA 2ª – OBRIGAÇÕES E DIREITOS .....</b>	<b>2</b>
<b>CLÁUSULA 3ª. – JUSTIFICAÇÃO E MEDIDAS DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA .....</b>	<b>4</b>
<b>CLÁUSULA 4ª – MONTANTE GLOBAL E ESCALONAMENTO DO PAGAMENTO .....</b>	<b>5</b>
<b>CLÁUSULA 5ª – VIGÊNCIA DO CONTRATO .....</b>	<b>6</b>
<b>CLÁUSULA 6ª – INTEGRAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL .....</b>	<b>6</b>
<b>APÊNDICE I – PROJEÇÃO DAS VENDAS DE PASSES COM DESCONTOS SOCIAIS – ANO 2016 (*) .....</b>	<b>7</b>
<b>APÊNDICE II – RESULTADO EXPLORAÇÃO DAS LINHAS – 1º SEMESTRE 2016 .....</b>	<b>8</b>
<b>APÊNDICE III – MAPA DA REDE REGULAR 2016 .....</b>	<b>10</b>
<b>APÊNDICE IV – RESUMO .....</b>	<b>11</b>



CSA Auditores

Gasper Castro Ramalho Silva  
& Associados S.R.L., Lda.  
Praça Camilo Castelo Branco  
31 - Sala 43 1700-209 Braga

### **CONTRATO-PROGRAMA – 2017**

1. Considerando que a empresa pública municipal, TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga – E.M. (adiante designada por TUB) assegura, no âmbito das suas atribuições enquanto empresa do setor empresarial local de capital totalmente detido pelo Município de Braga (adiante designado simplesmente por Município), a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no concelho de Braga;
2. Considerando que, no quadro da conceção de um serviço de manifesto interesse público que visa garantir a mobilidade das populações residentes em todas as freguesias do concelho de Braga é atribuída à TUB a exploração de linhas que servem zonas de baixa densidade populacional e/ou incluem carreiras em horários de reduzida afluência de utentes, de onde decorre que tais linhas sejam por natureza deficitárias;
3. Considerando que a TUB pode exercer, nos termos estatutários, atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal;
4. Considerando que, a par do referido propósito de disponibilização de transporte a toda a população do concelho nos horários em geral pretendidos pelas populações, o Município inscreve nas suas preocupações de coesão social a prática de preços do transporte que facilitem a mobilidade de pessoas de mais baixos recursos e/ou com especiais necessidades de deslocação por razões que se relacionam com as necessidades do seu dia a dia, especialmente os estudantes;
5. Considerando que as obrigações de índole social que o Município se impõe em matéria de transporte coletivo de passageiros estão atribuídas à TUB, cujo objeto social principal consiste precisamente na "prestação de serviço público de transporte de passageiros", entidade cuja criação e desenvolvimento foi, aliás, pensada precisamente com o objetivo de cumprir essa missão;
6. Considerando que a TUB deve apresentar resultados anuais equilibrados, conforme disposto no nº 1 do artigo 40.º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
7. Considerando que a TUB vem efetivamente apresentando resultados equilibrados, sendo que nos últimos cinco exercícios conseguiu resultados líquidos anuais positivos (depois de impostos), sendo que nesses cinco exercícios só em 2013 registou prejuízo;

8. Considerando que, não obstante o considerando anterior, o balanço da TUB reflete ainda resultados transitados negativos pelo montante de 7 009 261,73 euros, decorrentes de prejuízos reconhecidos nos exercícios subsequentes à sua constituição em 1999, considerando que o Município apenas efetuou transferências para cobrir os prejuízos verificados nos exercícios de 2006, de 2008 e de 2009;
9. Considerando que, nos termos do art.º31.º/n.º 2 da Lei n.º53-F/2006, de 29/12 e do art.º 40.º/n.º2 da Lei n.º50/2012, de 31/8, o Município, enquanto acionista único, deveria ter efetuado transferências financeiras para equilibrar os resultados de exploração da TUB;
10. Considerando que o Município é o acionista único da TUB, e que são de aplicar as regras definidas na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, inclusive em matéria de equilíbrio financeiro das contas das empresas do setor empresarial local,

Entre o Município, neste ato representada pelo respetivo Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e a TUB, aqui representada pelo Administrador Eng.º Teotónio Luís Vieira de Andrade dos Santos, é celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª – Objeto**

O presente contrato, celebrado nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as partes se obrigam com o propósito de assegurar o pagamento pelo Município à TUB de compensações justificadas pela disponibilização de transporte que esta assegura, em condições de preço equiparáveis às praticadas nas demais situações, em zonas de baixa densidade populacional e/ou em horários de fraca afluência de utentes, bem como pela prática de preços reduzidos por razões sociais, consubstanciada no estabelecimento dos preços dos títulos de assinatura de transporte (passes) com vários níveis de descontos, moldados segundo as diversas categorias de utentes.

#### **Cláusula 2ª – Obrigações e Direitos**

1. A TUB obriga-se a executar as atividades referidas na cláusula anterior, assumindo a pretendida prática de preços abaixo do preço de mercado nos casos em que tal propósito decorra da política social definida pelo Município e nas respetivas condições, bem como a disponibilizar carreiras em linhas intrinsecamente deficitárias em razão dos objetivos de servir zonas de habitação dispersa e afastada da cidade com adequada cobertura dos horários adequados às necessidades dos utentes.



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.  
Praça Camilo Castelo Branco,  
31 - 5.ª 43 - 4700-201 Braga

2. Com vista à cobertura do défice de rendimentos decorrente das condições de exploração referidas no parágrafo anterior, o Município obriga-se a conceder diretamente à TUB uma compensação financeira (subsídio à exploração) no montante de 5 159 251,14 euros, a que acrescerão as transferências providas da Administração Central – tudo conforme estimativas a seguir resumidamente enunciadas e com expressão quantificada nos documentos juntos como Apêndices I a IV.

3. Partindo do tarifário base fixado pelo Município, que se assume como preço de mercado enquanto valor proposto aos utentes indiferenciados, computa-se, à luz da experiência passada e das projeções para o final do corrente exercício de 2016, que os efeitos na redução dos rendimentos decorrentes da atribuição de títulos de transporte em condições beneficiadas se cifre em 4 831 697,75 euros, conforme apuramento desenvolvido no Apêndice I. Seguidamente, computa-se qual a parte do défice gerado pelas carreiras das linhas com gastos superiores aos rendimentos que não é coberto pelo superavit das linhas lucrativas, conforme Apêndice II, onde se expressa um défice global de 217 592,22 euros para o primeiro semestre do corrente exercício de 2016 – valor que linearmente extrapolado para o final do exercício conduz à estimativa, para compensar a insuficiência de rendimentos das linhas deficitárias, de uma necessidade de financiamento anual de 435 184,44.

4. Nos termos expressos no número 3. anterior, computam-se em 5 266 882,19 euros as necessidades de financiamento para assegurar à TUB a exploração da sua atividade em condições comparáveis àquelas que ocorreriam em condições normais de mercado

5. Paralelamente tomam-se em conta, a deduzir às necessidades de financiamento, os rendimentos consubstanciados nas transferências financeiras que o Município fará para a TUB relativamente às comparticipações da Administração Central relativas descontos sociais aplicados aos passes 4\_18@escola.pt e sub23@superior.lp, cujos valores se estimam, respetivamente, com base nos valores finais projetados para 2016, em, 18 821,90 Euros e 88 809,15 Euros – no total de 107 631,05 euros.

6. Tudo ponderado, conclui-se pela necessidade da compensação financeira suprarreferida no número 2, de 5 159 251,14 conforme vem expresso no Resumo do Apêndice IV, onde também se desenvolvem notas explicativas dos cálculos efetuados.

### **Cláusula 3ª. – Justificação e medidas de eficácia e eficiência**

Nos termos do nº 2 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, explicitam-se os seguintes aspetos quanto ao presente contrato-programa.

1. **Fundamento** – A razão determinante do presente contrato programa consiste na execução dos propósitos do Município em assegurar, por via da TUB, a universalidade e continuidade do serviço de transporte de passageiros no concelho de Braga, satisfazendo as necessidades básicas dos cidadãos em condições de discriminação positiva de classe sociais especialmente carenciadas de apoio nessa área, tendo presente o imperativo de promover a coesão económica e social local, de acordo com os princípios orientadores definidos no nº 1 do artigo 46º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, designadamente:

a) prestar os serviços de interesse geral na respetiva circunscrição, procurando eliminar/reduzir a desvantagem das populações residentes em zonas mais distantes da cidade e de habitação mais dispersa.;

b) promover o acesso, em condições financeiras equilibradas, da generalidade dos cidadãos a bens e serviços essenciais, procurando adaptar as taxas e as contraprestações devidas às reais situações dos utilizadores, à luz do princípio da igualdade material;

num quadro de construção de soluções de sustentabilidade em termos ambientais e de desenvolvimento equilibrado do território.

2. **Finalidade** – Pretende-se assegurar a eliminação ou atenuação da discriminação relativa à mobilidade das pessoas decorrente das situações de carência económica e do local de residência, proporcionando uma efetiva possibilidade de deslocação em condições de qualidade e tempo adequadas às necessidades de cada um. Têm-se naturalmente presentes as particularidades dos cidadãos pertencentes a grupos socioeconómicos mais dependentes do transporte público, tais como idosos, estudantes e pessoas de mobilidade reduzida (deficientes) – estabelecendo-se adequada discriminação positiva através da atribuição de descontos sociais de nível variado nos títulos de assinatura mensal (passes), aprovados pelo Município e vendidos pela TUB, bem como assegurar a cobertura integral do serviço de transporte coletivo de passageiros às 37 freguesias do concelho de Braga, de forma a promover a coesão social e territorial.



Gasper Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.L., Lda.  
Praça Castelo Branco  
31 - Sala 43 - 4700-209 Braga

Junta-se, como Apêndice III, um Mapa da Rede Regular da TUB que define a atual área de intervenção.

**3. Montantes** – Os valores previstos no presente contrato, calculados nas condições e tendo por base os pressupostos referidos acima, foram ajustados em sede de negociação prévia entre a TUB e o órgão executivo do Município, nos termos do nº 4 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, tendo por base o valor dos descontos sociais concedidos em 2016 e o défice das linhas não lucrativas – conforme se concretizou acima.

**4. Medida de eficácia e eficiência** – A avaliação do cumprimento dos objetivos cuja realização o presente contrato-programa pretende garantir será medida essencialmente pela eficácia conseguida em termos de efetiva cobertura com rede regular de transporte de passageiros de todas as 37 freguesias do concelho de Braga, por via da manutenção das linhas que vêm elencadas no Apêndice II e conforme refletido também no mapa que constitui o Apêndice III, bem como promover que pelo menos 175 000 mil carregamentos anuais de passes com descontos sociais sejam feitos durante o ano de 2017.

A monitorização será garantida, por um lado, por via da análise da efetiva disponibilização de carreiras em horários adequados em todas as linhas da operação, segundo as exigências de cada uma – conforme publicitação no sítio da TUB na internet e através da análise de eventuais solicitações, reparos ou queixas dos utentes e, por outro lado, pela análise do efetivo grau de adesão à aquisição de títulos de transporte em condições beneficiadas.

Adicionalmente, será mantido um sistema de contabilidade analítica que permita uma adequada avaliação da rentabilidade (positiva ou negativa) de cada uma das linhas de transporte – o que, para além do conhecimento retrospectivo do resultado de cada uma, será aproveitado para o estudo de eventuais ajustes do número de carreiras e ou de horários.

Na perspetiva da eficiência na utilização dos recursos, ter-se-á especialmente em conta a análise comparativa da evolução das diversas categorias de gastos, à luz também da evolução do nível de atividade (mais ou menos carreiras, mais ou menos passageiros, etc.)

O relatório de gestão fará relato dos graus de eficácia e de eficiência conseguidos.

#### **Cláusula 4ª – Montante global e escalonamento do pagamento**

1. Os montantes apurados no presente contrato-programa perfazem o valor total de 5 266 882,19, donde, excluindo o montante de 107 631,05 euros de transferências provenientes da Administração Central, decorre o valor de 5 159 251,14 assumido como subsídio global a atribuir pelo Município.



2. O pagamento do referido subsídio de 5 159 251,14 será processado em doze prestações mensais de 429 937,60 euros, devendo o restante valor relativo às transferências da Administração Central, valor estimado em 107 631,05 euros, ser transferido para a TUB, pelo montante total recebido, logo que seja abonado ao Município.

#### **Cláusula 5ª – Vigência do Contrato**

O presente contrato-programa, que vai acompanhado do parecer do fiscal único, produz efeitos no próximo ano de 2017, e é celebrado por proposta do órgão executivo do Município para aprovação pela Assembleia Municipal, conforme dispõe o nº 5 do artigo 47.º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto.

#### **Cláusula 6ª – Integração nos Instrumentos de Gestão Previsional**

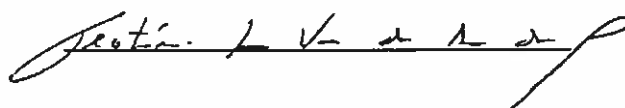
Os valores do presente contrato-programa integrarão os Instrumentos de Gestão Previsional da TUB para o ano em causa, sendo os mesmos acompanhados do parecer do fiscal único nos termos da alínea j) do nº 6 do artigo 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

Braga, 20 de Outubro de 2016.

Pela Câmara Municipal de Braga

---

Pela TUB/EM



## Apêndice I – Projeção das vendas de passes com descontos sociais – ano 2016 (\*)

PASSES	Coroa			Quantidade
	01	02	03	TOTAL
Estudante:				
25%	15 172	3 164	10 630	28 966
50%	644	3 782	8 505	12 931
75%	11	1	1	13
100%	22 450	14 540	7 250	44 240
4_18	1 255	235	331	1 821
Sub23	5 477	553	2 193	8 223
Sub-total	45 009	22 275	28 910	96 194
Reformados	6 640	2 367	10 377	19 384
Terceira Idade	15 893	5 802	51 366	73 061
TRL	2 114	429	2 160	4 703
Jovem Múncipe	1 627	882	2 181	4 690
Defic./Acomp.	52	44	1 947	2 043
TOTAL	71 335	31 799	96 941	200 075

PASSES	Coroa			(Valores em €)		
	01	02	03	Receita Direta	Receita Total	Descontos
Estudante:						
25%	291 302,40 €	87 326,40 €	337 502,50 €	716 131,30 €	952 662,20 €	236 530,90 €
50%	8 178,80 €	69 588,80 €	181 156,50 €	258 924,10 €	516 776,40 €	257 852,30 €
75%	72,05 €	9,10 €	11,90 €	93,05 €	358,10 €	265,05 €
100%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 411 577,50 €	1 411 577,50 €
4_18	12 675,50 €	3 454,50 €	5 627,00 €	21 757,00 €	54 518,00 €	32 761,00 €
Sub23	55 317,70 €	8 129,10 €	37 281,00 €	100 727,80 €	252 367,20 €	151 639,40 €
Sub-Total	367 546,45 €	168 507,90 €	561 578,90 €	1 097 633,25 €	3 188 259,40 €	2 090 626,15 €
Reformados	43 492,00 €	21 539,70 €	123 486,30 €	188 518,00 €	696 333,75 €	507 815,75 €
Terceira Idade	104 099,15 €	52 798,20 €	611 255,40 €	768 152,75 €	2 799 166,05 €	2 031 013,30 €
TRL	26 847,80 €	7 893,60 €	46 008,00 €	80 749,40 €	161 155,65 €	80 406,25 €
Jovem Múncipe	31 238,40 €	24 343,20 €	69 246,75 €	124 828,35 €	166 350,45 €	41 522,10 €
Defic./Acomp.	637,00 €	774,80 €	3 956,70 €	5 368,50 €	85 682,70 €	80 314,20 €
TOTAL	573 860,80 €	275 857,40 €	1 415 532,05 €	2 265 250,25 €	7 096 948,00 €	4 831 697,75 €

(\*)Considerando:

Projeção, a 31 de Dezembro de 2016 das quantidades vendidas por títulos de transporte com desconto:

- Quantidades efetivas vendidas para utilização de janeiro a setembro de 2016;
- Quantidades efetivas vendidas para utilização em outubro, novembro e dezembro de 2015;
- Tarifário em vigor para o ano de 2016;
- Descontos calculados em função do preço do passe normal.



## Apêndice II – Resultado Exploração das Linhas – 1º Semestre 2016

Linha	Gastos	% Gas.	Rendimentos	% Ren.	Saldo
Linha 2	281 937,13 €	5,28%	366 383,35 €	7,16%	84 446,22 €
Linha 3	35 354,87 €	0,66%	21 130,64 €	0,41%	-14 224,23 €
Linha 5	160 044,22 €	3,00%	144 119,33 €	2,82%	-15 924,89 €
Linha 6	42 427,25 €	0,79%	33 881,90 €	0,66%	-8 545,35 €
Linha 7	325 833,50 €	6,11%	409 303,77 €	8,00%	83 470,27 €
Linha 8	5 355,31 €	0,10%	1 795,09 €	0,04%	-3 560,22 €
Linha 9	134 908,54 €	2,53%	138 313,41 €	2,70%	3 404,87 €
Linha 12	56 781,37 €	1,06%	47 308,92 €	0,92%	-9 472,45 €
Linha 13	114 209,63 €	2,14%	71 240,90 €	1,39%	-42 968,73 €
Linha 14	122 158,43 €	2,29%	78 345,71 €	1,53%	-43 812,72 €
Linha 18	96 742,80 €	1,81%	103 666,32 €	2,03%	6 923,52 €
Linha 19	58 601,47 €	1,10%	52 620,63 €	1,03%	-5 980,84 €
Linha 20	64 991,09 €	1,22%	59 507,40 €	1,16%	-5 483,69 €
Linha 21	57 951,74 €	1,09%	46 533,96 €	0,91%	-11 417,78 €
Linha 23	41 103,11 €	0,77%	24 836,38 €	0,49%	-16 266,73 €
Linha 24	250 432,87 €	4,69%	266 959,60 €	5,21%	16 526,73 €
Linha 31	20 472,32 €	0,38%	11 556,55 €	0,23%	-8 915,77 €
Linha 32	63 535,85 €	1,19%	43 016,82 €	0,84%	-20 519,03 €
Linha 33	134 445,24 €	2,52%	141 293,10 €	2,76%	6 847,86 €
Linha 34	11 726,49 €	0,22%	7 663,34 €	0,15%	-4 063,15 €
Linha 35	78 253,49 €	1,47%	45 375,72 €	0,89%	-32 877,77 €
Linha 36	59 910,63 €	1,12%	41 490,93 €	0,81%	-18 419,70 €
Linha 37	100 679,30 €	1,89%	59 867,96 €	1,17%	-40 811,34 €
Linha 38	26 774,24 €	0,50%	17 092,32 €	0,33%	-9 681,92 €
Linha 39	20 377,00 €	0,38%	16 595,05 €	0,32%	-3 781,95 €
Linha 40	151 292,36 €	2,83%	158 711,64 €	3,10%	7 419,28 €
Linha 41	155 305,49 €	2,91%	175 816,89 €	3,43%	20 511,40 €
Linha 42	988,22 €	0,02%	2 662,82 €	0,05%	1 674,60 €
Linha 43	131 995,90 €	2,47%	195 109,92 €	3,81%	63 114,02 €
Linha 45	166 387,30 €	3,12%	189 416,73 €	3,70%	23 029,43 €
Linha 46	4 588,06 €	0,09%	1 654,24 €	0,03%	-2 933,82 €
Linha 50	18 884,47 €	0,35%	11 867,55 €	0,23%	-7 016,92 €
Linha 52	75 881,03 €	1,42%	53 975,55 €	1,05%	-21 905,48 €
Linha 53	40 129,75 €	0,75%	23 527,24 €	0,46%	-16 602,51 €
Linha 54	28 589,97 €	0,54%	10 970,66 €	0,21%	-17 619,31 €

Linha	Gastos	% Gas.	Rendimentos	% Ren.	Saldo
Linha 57	25 082,77 €	0,47%	18 555,46 €	0,36%	-6 527,31 €
Linha 58	96 917,48 €	1,82%	80 369,49 €	1,57%	-16 547,99 €
Linha 59	47 996,38 €	0,90%	33 862,77 €	0,66%	-14 133,61 €
Linha 60	13 503,89 €	0,25%	11 155,32 €	0,22%	-2 348,57 €
Linha 63	69 908,81 €	1,31%	55 756,72 €	1,09%	-14 152,09 €
Linha 66	62 755,92 €	1,18%	56 944,61 €	1,11%	-5 811,31 €
Linha 70	14 830,31 €	0,28%	10 826,03 €	0,21%	-4 004,28 €
Linha 72	41 132,74 €	0,77%	43 871,87 €	0,86%	2 739,13 €
Linha 73	163 281,50 €	3,06%	143 811,11 €	2,81%	-19 470,39 €
Linha 74	272 903,53 €	5,11%	340 785,27 €	6,66%	67 881,74 €
Linha 76	1 642,45 €	0,03%	1 285,44 €	0,03%	-357,01 €
Linha 80	63 917,72 €	1,20%	56 750,97 €	1,11%	-7 166,75 €
Linha 81	22 169,34 €	0,42%	21 230,34 €	0,41%	-939,00 €
Linha 83	26 721,97 €	0,50%	8 550,07 €	0,17%	-18 171,90 €
Linha 84	28 815,70 €	0,54%	12 079,41 €	0,24%	-16 736,29 €
Linha 85	116 268,89 €	2,18%	85 769,24 €	1,68%	-30 499,65 €
Linha 87	213 410,14 €	4,00%	299 832,92 €	5,86%	86 422,78 €
Linha 88	72 368,16 €	1,36%	44 607,12 €	0,87%	-27 761,04 €
Linha 89	43 865,21 €	0,82%	25 858,88 €	0,51%	-18 006,33 €
Linha 90	266 442,77 €	4,99%	309 721,86 €	6,05%	43 279,09 €
Linha 91	49 515,10 €	0,93%	22 442,77 €	0,44%	-27 072,33 €
Linha 92	3 867,82 €	0,07%	1 988,02 €	0,04%	-1 879,80 €
Linha 93	25 347,60 €	0,47%	12 889,25 €	0,25%	-12 458,35 €
Linha 94	119 152,14 €	2,23%	113 127,86 €	2,21%	-6 024,28 €
Linha 95	226 432,57 €	4,24%	209 500,85 €	4,09%	-16 931,72 €
Linha 900	4 520,78 €	0,08%	1 185,05 €	0,02%	-3 335,73 €
Linha 907	16 007,54 €	0,30%	2 561,43 €	0,05%	-13 446,11 €
Linha 911	2 496,31 €	0,05%	148,50 €	0,00%	-2 347,81 €
Linha 914	8 232,53 €	0,15%	989,49 €	0,02%	-7 243,04 €
Linha 920	9 127,16 €	0,17%	908,66 €	0,02%	-8 218,50 €
Linha 928	5 424,67 €	0,10%	278,82 €	0,01%	-5 145,85 €
Linha 933	5 327,88 €	0,10%	1 399,56 €	0,03%	-3 928,32 €
Linha 935	2 901,17 €	0,05%	1 051,87 €	0,02%	-1 849,30 €
Linha 937	2 623,02 €	0,05%	927,41 €	0,02%	-1 695,61 €
Linha 942	2 903,55 €	0,05%	1 206,25 €	0,02%	-1 697,30 €
Linha 943	31 789,96 €	0,60%	10 327,33 €	0,20%	-21 462,63 €
Linha 945	2 905,70 €	0,05%	231,41 €	0,00%	-2 674,29 €
Linha 949	15 216,31 €	0,29%	2 783,94 €	0,05%	-12 432,37 €
Total	5 336 777,93 €		5 119 185,71 €		-217 592,22 €

### **Apêndice III – Mapa da Rede Regular 2016**



#### Apêndice IV – Resumo

	Valores em €	
	Parcial	Total
<b>ATIVIDADES EXPLORADAS EM CONDIÇÕES DE PREÇO INSUFICIENTE EM TERMOS DE MERCADO</b>		
<b>Descontos Sociais</b>		
Estudantes	2 090 626,15	
Reformados	507 815,75	
Tercelra Idade	2 031 013,30	
TRL	80 406,25	
Jovem Múncipe	41 522,10	
Deficiente/acompanhante	80 314,20	4 831 697,75
Défice de exploração relativo a linhas deficitárias		435 184,44
<b>SOMA</b>		<b>5 266 822,19</b>
<b>COMPENSAÇÕES PROVENIENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		
Descontos sociais aplicados aos passes 4 18@escola.tp		18 821,90
Descontos sociais aplicados aos passes Sub23@escola.tp		88 809,15
<b>REMANESCENTE A SER TRANSFERIDO, EM PRESTAÇÕES MENSAS, PELO MUNICÍPIO A TÍTULO DE SUBSÍDIO DE EXPLORAÇÃO</b>		<b>5 159 251,14</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS:

##### Descontos Sociais

Quanto a esta rubrica de Descontos Sociais, que se consubstanciam na venda de títulos de transporte (passes) a preços inferiores aos de mercado, para as categorias de utentes que vêm indicadas no quadro acima, seguiram-se os seguintes critérios de quantificação:

- Partiu-se do tarifário base fixado pelo Município, o qual foi acolhido como preço de mercado enquanto valor efetivamente praticado pela TUB/EM relativamente aos utentes indiferenciados a quem a TUB/EM não confere qualquer apoio social;
- Seguidamente, levaram-se em consideração as diversas vertentes do estabelecimento de preços diferenciados, em baixa – no quadro das funções de ordem social atribuídas pelo Município à TUB em matéria de transportes urbanos de passageiros, conforme segue e vem quantitativamente resumido no anexo que se junta com a designação de **Projeção das vendas de passes com descontos sociais – ano 2016**;
  - Para cada vertente de diferenciação dos preços estimaram-se, com base nas projeções efetuadas para 2016 e assumindo-as, à luz da efetiva realização até 100% como extrapoláveis para 2016, as quantidades de passes sociais de cada tipo (coroas 01, 02 e 03) que serão vendidas;

Por exemplo, para o caso dos estudantes a quem se atribui um desconto de 25% estimou-se que seria vendido em 2017 um total de 28 966 passes sociais, repartido por 15 172/coroea 01, 3 164/coroea 02, 10 630/coroea 03.

- ii. A seguir apurou-se o valor total que previsivelmente se viria a obter com a venda dos passes sociais, a que se chamou "Receita Direta";

Continuando com exemplo dos estudantes com desconto de 25%, apurou-se que os passes previsivelmente vendidos gerarão uma "Receita Direta" de € 716 131,30, repartida por € 291 302,40, € 87 326,40 e € 337 502,50, respetivamente para os passes tipo coroea 01, coroea 02 e coroea 03;

- iii. Depois, apurou-se a receita que seria obtida pela venda dos passes sociais na hipótese da prática do preço de mercado fixado pelo Município para os utentes indiferenciados – que podemos chamar "Receita Total" que, para o mesmo exemplo, se cifra em € 952 662,20;

- iv. A terminar, apurou-se o valor da coluna "Descontos" pela diferença entre a "Receita Total" e a "Receita Direta" – que no caso do mesmo exemplo é de € 236 530,90.

#### Linhas de Exploração Deficitária

Relativamente às linhas de exploração deficitária, que a TUB explora para assegurar o transporte de passageiros em zonas de baixa densidade populacional e/ou a realização de carreiras em horários de reduzida procura, seguiram-se os seguintes critérios de quantificação:

- c) Computou-se, quanto ao primeiro semestre de 2016, o prejuízo efetivamente gerado pelas linhas de exploração deficitária, para localidades de baixa densidade de utentes e/ou com carreiras em horários de fraca afluência, que são mantidas no quadro das obrigações de serviço público de que o Município incumbiu a TUB/EM, apurando-se que esse prejuízo não era compensado pela exploração lucrativa das restantes linhas pelo montante de 217 592,22 – conforme anexo designado por Resultado Exploração das Linhas – 1º Semestre 2016 e elementos da contabilidade analítica que lhe vão juntos;
- d) Admitiu-se, pela experiência do passado, que no segundo semestre de 2016 se conseguiria um desempenho semelhante ao do primeiro semestre, com base no que se estimou que o prejuízo anual das linhas de exploração deficitária não coberto pela exploração das linhas lucrativas seria de 435 184,44 € (217 592,22 \* 2) – assumindo-se o mesmo como valor de referência para estimar o subsídio adequado na vertente agora em apreciação;



Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.L., Lda.  
Praça Camilo Castelo Branco,  
31 - Sala 43 - 4700-209 Braga



**Compensações provenientes da Administração Central**

- e) Estimou-se, conforme notas anteriores, o montante de € 5 266 882,19 como necessário para assegurar à TUB condições de exploração comparáveis com as de mercado – a partir do que se tomou, a abater, o montante de € 107 631,05 correspondente à soma dos valores que, por via do Município, a TUB/EM receberá da Administração Central nas verbas de €18 821,90 e de € 88 809,15, conforme explicitado no quadro acima;
- f) Esclarece-se que também os valores referidos na alínea anterior foram estimados para 2017 com base no que se verificou quanto a 2016.





CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

## **TUB - EMPRESA TRANSPORTES URBANOS DE BAGA, EM**

### **PARECER DO FISCAL UNICO SOBRE O VALOR DOS SUBSIDIOS A EXPLORAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2017**

#### **Introdução**

**1.** Nos termos do disposto no art.º 25.0/n.º1/alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31/8, incumbe-mos, na qualidade de fiscal único da TUB — Empresa Transportes Urbanos de Braga, EM, adiante designada simplesmente por "**TUB**", emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos-programa entre a referida entidade e o Município de Braga, como entidade pública participante.

**2.** Vimos agora fazê-lo quanto a uma minuta de **CONTRATO-PROGRAMA para 2017**, que se anexa (documento com quinze folhas por nós rubricadas e carimbadas), e que globalmente prevê um subsídio à exploração a atribuir pelo Município no montante de 5 159 251,14 euros – a que acrescerão, enquanto valores a entregar pelo Município mas não encargo do mesmo, as comparticipações da Administração Central relativas aos passes 4 18@escola.pt e sub23@superiortp, cujos montantes se estimam, respetivamente e com base nos valores finais projetados para o ano de 2015, em 18 821,90 Euros e 88 809,15 Euros - no total de 107 631,05 euros.

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães  
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga  
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 200 - S.R.O.C. n.º 153  
Capital Social 10.000,00eur



**CSA Auditores**

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

**3.** A TUB assegura, no quadro das suas atribuições enquanto entidade do setor empresarial local, a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no concelho de Braga.

**4.** O subsídio em causa corresponde à contrapartida das obrigações assumidas pela TUB em matéria de prática de tarifas sociais e de exploração de linhas intrinsecamente deficitárias, cuidando de garantir a universalidade e continuidade do serviço público de transporte de passageiros como fator de promoção da coesão económica e social do concelho.

### **Responsabilidades**

**5.** É da responsabilidade do conselho de administração da TUB e do Município o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

**6.** A nossa responsabilidade consiste em verificar a adequação do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **Âmbito**

**7.** O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 872 Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, que exige que:

- caso esteja prevista uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, se examine a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do contrato; e
- se analisem os cálculos do subsídio à exploração com base na minuta do contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

**8.** O cômputo do subsídio no montante supra referido de 5 159 251,14 assentou na quantificação dos efeitos

- i. da prática de preços beneficiados – em comparação com o tarifário base fixado pelo Município e que se assume como preço de mercado – por via da venda de “passes” com descontos de índole social; e





**CSA Auditores**

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- ii. da exploração de linhas deficitárias servindo zonas de menor densidade populacional;

correspondendo às diretivas traçadas pelo Município, no montante global de 5 266 822,19 euros – a que foram deduzidas as compensações que, embora a entregar à TUB pelo Município, serão oriundas da Administração Central, no montante de 107 631,05 euros;

9. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação do grau de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

**Parecer**

10. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que permita concluir ou indício que o valor do subsídio previsto não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos.

11. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 20 de outubro de 2016.

CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.  
Praça Camilo Castelo Branco,  
31 - Sala 43 - 4700-209 Braga

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados — SROC, Lda (153)  
Representada por  
Gaspar Vieira de Castro (ROC 557)

**sede:**

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães  
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga  
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

MIPC 504 0/B 500 - OROC nº 153  
Capital Social 10.000,00eur

**PARECERES/INFORMAÇÕES**

**DESPACHOS/DELIBERAÇÕES**

Proceder em conformidade.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
Dr. Ricardo Rio

**INFORMAÇÃO N.º : DCPCG015**

**DATA: 2016/11/07**

**ASSUNTO:**

Informação de Cabimento Prévio Quando os Encargos Decorrem por Conta do Próximo Ano Económico – Contrato-Programa da TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga, E.M.

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que o encargo orçamental associado ao Contrato-Programa com a TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, E.M. decorre por conta do próximo ano económico (Orçamento para 2017), propõe-se a dispensa da apresentação da informação de cabimento relativo ao procedimento de despesa mencionado, no montante de 5.159.251,14€, atestando para o efeito que, os encargos associados ao Contrato-Programa a celebrar serão suportados pelo orçamento de 2017, através da rubrica “0102.04010101 – Empresas públicas municipais e intermunicipais”, inscrito nas Grandes Opções do Plano para 2017 com o n.º “2017/18 – TUB – Contrato-Programa”.

À Consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,

  
Sandro Louro